

Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira



*Marcelo Máximo Purificação
Maria Teresa Ribeiro Pessoa
Elisângela Maura Catarino
(Organizadores)*



Atena
Editora

Ano 2020

Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira



*Marcelo Máximo Purificação
Maria Teresa Ribeiro Pessoa
Elisângela Maura Catarino
(Organizadores)*



Atena
Editora

Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Camila Alves de Cremo

Edição de Arte: Luiza Batista

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais. Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Editora Chefe

Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof^a Dr^a Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof^a Dr^a Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof^a Dr^a Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros

Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará

Profª Drª. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá

Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza

Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional

Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ

Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Aspectos históricos, políticos e culturais da educação brasileira

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Edição de Arte: Luiza Batista
Revisão: Os Autores
Organizadores: Marcelo Máximo Purificação
Maria Teresa Ribeiro Pessoa
Elisângela Maura Catarino

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
A838	<p>Aspectos históricos, políticos e culturais da educação brasileira 1 [recurso eletrônico] / Organizadores Marcelo Máximo Purificação, Maria Teresa Ribeiro Pessoa, Elisângela Maura Catarino. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-211-1 DOI 10.22533/at.ed.111202107</p> <p>1. Educação – Brasil. 2. Educação e Estado. 3. Política educacional. I. Purificação, Marcelo Máximo. II. Pessoa, Maria Teresa Ribeiro. III. Catarino, Elisângela Maura.</p> <p style="text-align: right;">CDD 379.981</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.

APRESENTAÇÃO

É com imenso prazer que apresentamos a vocês caríssimos leitores a Coletânea “Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira”, composta por 71 textos, oriundos de autores de vários lugares do Brasil, organizado em três volumes, que perpassam pela educação brasileira estabelecendo liames com artefatos da história, política e cultura do nosso povo.

Educar é um ato político e ao mesmo tempo cultural. Os aspectos históricos da educação brasileira nos mostram seu percurso, possibilitando-nos, conhecer sua conjuntura e estrutura. Nos dias que correm, cabe o questionamento: que educação atenderia a conjuntura atual marcada por diversidades e por identidades plurais?

Nessa ótica de pensamento, o volume 1 desta coletânea, traz, em dois eixos temáticos, a educação em diálogo com aspectos significativos da diversidade de políticas e de culturas que povoam os espaços educacionais, se materializando em 24 textos reflexivos por onde perpassam termos que servem de guias para importantes debates e discussões. Tais como: autonomia, democracia, saberes pedagógicos, educação popular, sistema, instrução, intervenção, inclusão, prática, reinserção, interdisciplinaridade, direito de escolha, formação de professores, entre outros.

Isto dito, desejamos a todos, uma boa leitura.

Marcelo Máximo Purificação
Maria Teresa Ribeiro Pessoa
Elisângela Maura Catarino

SUMÁRIO

EDUCAÇÃO BRASILEIRA EM FOCO - PARTE I

CAPÍTULO 1	1
A CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA ESCOLAR E FERRAMENTAS DE PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR	
Lidnei Ventura Klalter Bez Fontana Roselaine Ripa	
DOI 10.22533/at.ed.1112021071	
CAPÍTULO 2	12
A CONTRIBUIÇÃO DE CHARBONNEAU À EDUCAÇÃO: PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DE SABERES PEDAGÓGICOS NO BRASIL ENTRE 1959 A 1987	
Jefferson Felliipe Jahnke	
DOI 10.22533/at.ed.1112021072	
CAPÍTULO 3	17
A DEMOCRACIA E A ESCOLA EM UM CENÁRIO PANDÊMICO: A MATERIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DIANTE DA COVID-19	
Renata Cecilia Estormovski Juliana Venzon	
DOI 10.22533/at.ed.1112021073	
CAPÍTULO 4	28
A EDUCAÇÃO POPULAR E O ENSINO DE HISTÓRIA: UM DIÁLOGO PEDAGÓGICO PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA	
Aline Praxedes de Araújo Aparecida Barbosa da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.1112021074	
CAPÍTULO 5	39
A IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO À DISTÂNCIA, AOS MOLDES DO SISTEMA COLÉGIO MILITAR DO BRASIL, NA FRONTEIRA SUL-MATO-GROSSENSE	
Eduardo Freitas Gorga Elisa Pinheiro de Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.1112021075	
CAPÍTULO 6	53
A IMPORTÂNCIA DO LETRAMENTO NO ENSINO FUNDAMENTAL: UMA ANÁLISE SOBRE UMA SEQUÊNCIA DIDÁTICA EM UMA TURMA DO 6º ANO	
Rosimere dos Santos Nascimento Alves Hélio Rosa de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.1112021076	
CAPÍTULO 7	67
A INSTRUÇÃO PRIMÁRIA NAS CADEIAS PARAENSES: ORIGENS E FUNCIONAMENTO (1871-1940)	
Cilicia Iris Sereni Ferreira Orlando Nobre Bezerra de Souza Ney Cristina Monteiro de Oliveira Raimundo Alberto de Figueiredo Damasceno	
DOI 10.22533/at.ed.1112021077	

CAPÍTULO 8 80

A INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA EM DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM NO CONTEXTO DA ORFANDADE E ADOÇÃO

Isabelle Cerqueira Sousa
Ana Maria Fontenelle Catrib
Sílvia Helena de Amorim Martins
Patrícia do Carmo Lima
Tallys Newton Fernandes de Matos
Luiza Valeska Mesquita Martins
Sarah Lorena Silva Macêdo

DOI 10.22533/at.ed.1112021078

CAPÍTULO 9 92

A INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO DENTRO E FORA DO AMBIENTE ESCOLAR

Lucio Araujo Fernandes

DOI 10.22533/at.ed.1112021079

CAPÍTULO 10 104

A PRÁTICA DO PROFESSOR DE MATEMÁTICA E OS ESPAÇOS NÃO FORMAIS

Rodrigo Bastos Daude
Carlos Augusto Cardoso de Jesus
Gabrielle Correia Silva dos Santos
João Pedro Marques Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.11120210710

CAPÍTULO 11 116

A REINSERÇÃO DE JOVENS NO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO: O PROJÓVEM URBANO NO HORIZONTE

Maria Aparecida de Queiroz
Marcos Torres Carneiro

DOI 10.22533/at.ed.11120210711

CAPÍTULO 12 127

AQUISIÇÃO DA ESCRITA E APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: VALORIZANDO OS SABERES DA COMUNIDADE LOCAL

Jullyane Glaicy da Costa Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.11120210712

EDUCAÇÃO BRASILEIRA EM FOCO - PARTE II

CAPÍTULO 13 138

AS CIÊNCIAS SOCIOLOGICA E HISTÓRICA: UMA RELAÇÃO DE INTERDISCIPLINARIDADE ESTRUTURAL

Hélio Fernando Lôbo Nogueira da Gama

DOI 10.22533/at.ed.11120210713

CAPÍTULO 14 148

AS CONTRIBUIÇÕES DA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA NA PRÁTICA DO ENSINO FUNDAMENTAL I

Thais Tamires Guimarães da Costa
Francisca Celia Lima Paula
José Ygor Ribeiro dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.11120210714

CAPÍTULO 15	158
AS GINÁSTICAS E AS DIMENSÕES DO CONTEÚDO NO CONTEXTO ESCOLAR	
Kelly Silva Teixeira Thais Vinciprova Chiesse de Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.11120210715	
CAPÍTULO 16	174
AS INFLUÊNCIAS DA FILOSOFIA NA FORMAÇÃO DOCENTE	
Leonardo Mendes Bezerra Marinete Aparecida Martins Leo Victorino da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.11120210716	
CAPÍTULO 17	182
ASPECTOS HISTÓRICOS, POLÍTICOS E CULTURAIS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: SOBRE A UNIVERSIDADE, UM ESTUDO HISTÓRICO II	
Oscar Edgardo Navarro Escobar	
DOI 10.22533/at.ed.11120210717	
CAPÍTULO 18	194
BALANÇO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA: UNIVERSALIZAÇÃO E DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR: UMA ANÁLISE DA APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS AFIRMATIVAS NOS CURSOS DE DIREITO DA REGIÃO DO VALE DO JAURU E DE CÁCERES – MT NO PERÍODO DE 2009-2019	
André Luiz Picoli Herrera	
DOI 10.22533/at.ed.11120210718	
CAPÍTULO 19	203
BILINGUISMO NA EDUCAÇÃO DE SURDOS NA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	
Lineise Auxiliadora Amarilio dos Santos Cláudia Araújo de Lima	
DOI 10.22533/at.ed.11120210719	
CAPÍTULO 20	213
CENTROS RURAIS DE INCLUSÃO DIGITAL E A FORMAÇÃO EM SERVIÇO: REFLEXÕES SOBRE/ A PARTIR DA METODOLOGIA SEQUÊNCIA FEDATHI	
Ana Carmen de Souza Santana Mirley Nádila Pimentel Rocha Roberta Cavalcante de França Lara Saldanha Meneses Nepomuceno	
DOI 10.22533/at.ed.11120210720	
CAPÍTULO 21	220
INOVAÇÃO PEDAGÓGICA NA PRÁTICA AVALIATIVA DE UMA GESTÃO DA SALA DE AULA EM CÍRCULO DE CULTURA	
Rilva José Pereira Uchôa Cavalcanti Zelia Maria dos Santos Freitas José Santos Pereira Glória Maria Alves Machado	
DOI 10.22533/at.ed.11120210721	

CAPÍTULO 22	226
CONTAR E OUVIR HISTÓRIAS: UM JEITO DIFERENTE DA CRIANÇA DESCOBRIR E COMPREENDER O MUNDO	
Maria Cristina Pinheiro da Silva	
Elaine Gaiva Leal	
Vanusa Aparecida Almeida	
Luiz Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.11120210722	
CAPÍTULO 23	233
CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS DAS PRÁTICAS INTERDISCIPLINARES NA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES	
Lucimara da Cunha Santos	
Dafne Fonseca Alarcon	
Soeli Francisca Mazzini Monte Blanco	
DOI 10.22533/at.ed.11120210723	
CAPÍTULO 24	243
DIREITO DE ESCOLHA? UM OLHAR SOBRE A SEDUÇÃO POLÍTICA DO NOVO ENSINO MÉDIO	
Erika Aparecida de Paula Silva Lima	
Bárbara Carine Soares Pinheiro	
DOI 10.22533/at.ed.11120210724	
SOBRE OS ORGANIZADORES	254
ÍNDICE REMISSIVO	256

A CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA ESCOLAR E FERRAMENTAS DE PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR

Data de aceite: 01/07/2020

Data de submissão: 08/06/2020

Lidnei Ventura

Centro de Educação a Distância – Universidade
do Estado de Santa Catarina Florianópolis-SC
<http://lattes.cnpq.br/9553407104950703>

Klalter Bez Fontana

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis-SC
<http://lattes.cnpq.br/7402731465288377>

Roselaine Ripa

Centro de Educação a Distância – Universidade
do Estado de Santa Catarina
Florianópolis-SC
<http://lattes.cnpq.br/2417267498278674>

RESUMO: O presente artigo discute a importância da construção da autonomia escolar a partir dos dispositivos presentes no marco legal da educação brasileira. Argumenta-se que a autonomia da escola está diretamente ligada aos processos de descentralização da gestão escolar e da interdependência entre a escola e a comunidade. Este trabalho discute, ainda, os fundamentos da gestão colegiada necessários à construção da tão sonhada autonomia escolar para, posteriormente,

discutir o papel do conselho deliberativo escolar na construção de processos cogestionários no âmbito escola brasileira, destacando suas funções deliberativa, consultiva e fiscalizadora em todos os âmbitos da escola.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão democrática. Autonomia. Conselho deliberativo escolar.

THE CONSTRUCTION OF SCHOOL AUTONOMY AND SCHOOL COMMUNITY PARTICIPATION TOOLS

ABSTRACT: This article discusses the importance of building school autonomy from the devices present in the legal framework of Brazilian education. It is argued that the school's autonomy is directly linked to the processes of decentralization of school management and the interdependence between the school and the community. This work also discusses the fundamentals of collegiate management necessary for the construction of the longed-for school autonomy to later discuss the role of the school deliberative council in the construction of co-managerial processes within the Brazilian school, highlighting its deliberative, consultative and supervisory functions in all the scope of the school.

KEYWORDS: Democratic management. Autonomy. School deliberative council.

1 | INTRODUÇÃO

A autonomia escolar sempre esteve no horizonte dos educadores brasileiros, sobretudo no período da constituinte de 1988, quando foi criado o Fórum em Defesa da Escola Pública. Dentre uma das reivindicações do Fórum estava a inserção no texto constitucional, e depois na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei Nº 9394/96 (BRASIL, 1996), de previsões que viabilizassem a autonomia escolar.

Embora essas aspirações não estejam explícitas no marco legal da educação brasileira, tanto a Constituição de 1988 quanto a LDB incorporaram princípios que, de alguma forma, apontam na direção da tão almejada autonomia. Por isso, considerando o movimento histórico de busca pela autonomia escolar, as possibilidades vislumbradas nesses dois caminhos podem ser consideradas um marco dessa importante causa educacional.

A intenção deste artigo é discutir as possibilidades e limites de construção da autonomia da escola brasileira, tanto a partir de pressupostos legais quanto de ferramentas de participação da comunidade na gestão da escola. Partimos do princípio que a autonomia da escola está diretamente ligada aos processos de descentralização da gestão escolar e da interdependência entre a escola e a comunidade. Assim, primeiro é preciso se conhecer os fundamentos da gestão colegiada necessários à construção da tão sonhada autonomia escolar para, posteriormente, se compreender e apresentar o papel do conselho deliberativo escolar na construção de processos cogestionários no âmbito da escola brasileira.

Nesse sentido, a participação efetiva da comunidade escolar é peça-chave na consolidação da autonomia e para implementação dos conselhos deliberativos, bem como de outros espaços representativos no cotidiano escolar. Assim, além de conhecer a legislação que permite a conquista da autonomia, saber quais são esses espaços representativos e como se articulam à gestão escolar é fundamental nesse processo.

2 | FUNDAMENTOS, LIMITES E POSSIBILIDADES DE CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA ESCOLAR

Ao longo da história da educação, a previsão da estrutura e o funcionamento da escola brasileira sempre foi centralizada no Governo Federal. Mesmo naqueles legitimados pelo voto popular, a regra sempre foi a imposição de planejamentos educacionais de “cima para baixo”. No mesmo viés, seguiram as políticas educacionais do Ministério da Educação, desenvolvidas de forma igualmente centralizadora, hierarquizada, raramente

discutindo-se com as bases, excluindo as escolas e os educadores das decisões sobre as formas, concepções e implementação de políticas educacionais.

Exemplo do centralismo visto acima foi o caso, entre outros, da produção e distribuição dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs (BRASIL, 2007). Caso a política fosse participativa, os educadores poderiam ter sido consultados na sua elaboração, pois muitas redes já haviam avançado em fundamentos construtivistas para a educação básica, e em formas de organização curricular diferenciadas, tais como: ciclos ou outras previstas no Art. 23 da LDB (BRASIL, 1996), só para destacar aqui dois pontos que poderiam ter sido amplamente discutidos. Além de não serem consultados, os professores se viram na iminência de trabalhar com uma proposta que passava longe de sua realidade, de suas necessidades, e mais longe ainda das suas possibilidades. O resumo da ópera, como se sabe, é que os PCNs se tornaram mais uma obra esquecida na biblioteca das escolas, sem que tivesse o resultado estimado pelos planejadores. Esse é tom, inclusive da recém aprovada Base Nacional Curricular Comum – BNCC (BRASIL, 2017), cuja trajetória confusa, que embora tenha aberto canais de diálogo com os educadores, estes foram excluídos da aprovação final do texto, tendo o MEC retirado dela várias discussões e encaminhamentos importantes feitos pelos grupos de educadores consultados.

Esses dois exemplos mostram que, apesar do texto da LDB apontar caminhos para a construção da autonomia escolar e da importância do diálogo e da representatividade, ainda vemos, na prática, documentos reguladores do cotidiano escolar sendo aprovados por instâncias que não contemplam a participação da base escolar, mas por órgãos que em um olhar mais cuidadoso perceberemos outros interesses, que não a implementação de uma escola democrática e inclusiva.

Como se vê, o ciclo vicioso de centralização ainda é contínuo em nossa realidade educacional, num debate que vai além do que afirmarmos que tudo isso é mera herança do modelo fordista que teima em resistir na educação brasileira. O debate sobre estas questões levanta outros aspectos, que apontam para outros interesses, e que não podemos discutir sem trazer à tona todo o contexto brasileiro que deu a tônica para a constituição da escola em nosso território.

Quando olhamos com mais atenção aos elementos históricos presentes nessa trajetória de implementação dos documentos reguladores, iremos perceber que os princípios constitucionais (BRASIL, 1988) de “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber”, assim como o “pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas (...)” (Art. 206, II e III), que nos são tão caros e preciosos, foram ignorados pelos legisladores e planejadores. Somente com o respeito a esses princípios, é que poderíamos afirmar que há possibilidade de se engendrar na escola um projeto de ação autônomo e responsável.

Apesar de contraditória em alguns pontos, encontramos na LDB outras possibilidades de retomada da autonomia escolar por parte da comunidade, pois o artigo 15 é categórico em dizer que:

Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público. (BRASIL, 1996)

Como se pode observar, ficou estabelecido em lei que cada escola pode propor o encaminhamento pedagógico que achar conveniente e de acordo com a realidade sociocultural em que está imersa, garantindo, assim, o cumprimento de sua função pública de formação e instrução. Ao que parece, a autonomia financeira e administrativa ainda demandará tempo para se estabelecer, mas no que tange aos aspectos teórico-metodológicos, as leis existentes dão conta de sua garantia.

Observar a legislação, e os seus percursos na elaboração, é muito importante não só para os gestores, mas toda a comunidade escolar, pois como diz a professora Heloisa Lück (2000, p. 26), “não se realiza autonomia por decreto, nem se delega condições de autonomia”. De modo que a autonomia só pode ser conquistada por aqueles que a procuram. E isso só pode se dar coletivamente, a partir da construção da identidade da comunidade escolar que busca seus próprios caminhos de decisões. Por isso, só se pode falar de autonomia numa perspectiva de gestão compartilhada e representativa.

Corroborando essa ideia, as pesquisadoras Guiomar Namó de Mello e Rose Silva (1991, p. 13) explicam que:

O grau e conteúdo de autonomia das unidades escolares deve permitir sua integração mais efetiva como meio social, de modo que a proposta pedagógica da escola e seu plano de desenvolvimento institucional reflitam a diversidade cultural, as demandas e aspirações da população usuária.

Decorre daí que a autonomia não pode ser confundida com isolamento social ou total independência administrativa, pois a escola é uma instituição que presta serviços fundamentais à sociedade, por isso está sujeita a um ordenamento jurídico específico. Ela se relaciona com demais instituições ao seu redor e, juntas, compõem uma rede de ensino que tem princípios em comuns, tais como: regimentos funcionais, legislação e diretrizes da lei do seu sistema de educação.

Portanto, quanto mais a escola está envolvida com a comunidade e com o sistema, maior será o grau de autonomia adquirido. Parece ser este também o entendimento da professora Eloisa Lück (2000, p. 21), quando afirma que “a escola existe e vive em condições de interdependência com os organismos centrais e locais, necessitando articular-se com os mesmos para garantir sua própria identidade social”. Ainda segundo essa autora, para que o sonho de autonomia das escolas possa se converter em prática, é preciso que haja três mecanismos de participação coletiva:

- » existência de estrutura de gestão colegiada;
- » eleição de diretores;
- » ação em torno de um Projeto Político-Pedagógico.

Vamos analisar mais de perto esses mecanismos, percebendo como se complementam e se mostram ferramentas importantes para a conquista da autonomia escolar.

A - Existência de estrutura de gestão colegiada

A autonomia só pode ser afirmada numa atmosfera de gestão descentralizada e democrática. Quando o poder de decisão está centralizado em uma pessoa ou em um pequeno grupo, os encaminhamentos normalmente são comprometidos ou corporativistas, ficando-se sempre reféns de interesses privados e, portanto, sem autonomia. Entretanto, na medida em que as decisões passam pela deliberação de todos os atores envolvidos no processo, é a unidade do grupo que favorece a autonomia, que não é mais do que autogestão colegiada de processos decisórios em diversas dimensões. É um projeto de todos e para todos, conforme assegura Lück (2000, p. 27, grifo da autora):

Autonomia é um processo coletivo e participativo de compartilhamento conjunto de decisões. Não se trata, na efetivação desse processo, de a escola ser autônoma para alguém, **para** algum grupo, mas de ser autônoma **com** todos, em nome da sociedade, desse modo caracterizando-se como gestão democrática, isto é, uma gestão compartilhada e participativa.

Por isso, a construção da autonomia nunca pode ser um projeto individual, mas coletivo, já que para fazer sentido tem que envolver a comunidade escolar.

B – Eleição de diretores

Esse é um tema recorrente e bastante atual na discussão sobre gestão escolar, pois mesmo se sabendo que a eleição por si não resolve todos os males da educação e da escola, tampouco os problemas têm se resolvido sem ela. Além do que, a eleição direta para gestor ou diretor é um passo importante para democratização da gestão escolar, pois permite que a comunidade escolar primeiramente conheça o programa dos candidatos. E mesmo que se consiga ludibriar o eleitorado, como também é possível e, infelizmente, corriqueiro na democracia representativa, a gestão será reprovada pelo próprio colegiado eleitoral, alternando o mandato, o que jamais poderia ocorrer no provimento do cargo por concurso público ou por indicação política. Outro aspecto importante é que durante o processo eleitoral, os diversos projetos educativos vão sendo crivados pelos eleitores, fortalecendo o fluxo de informações e deixando claras as intenções.

Por sua vez, os alunos vão vivenciando desde cedo, no período de formação de sua personalidade, como se configuram os jogos de poder, de interesses e contradições do nosso modelo democrático, que só pode ser aperfeiçoado em uso, em ação, pois como dizia Paulo Freire, “O mundo não é. O mundo está sendo”. (1996, p. 30).

C - Ação em torno de um Projeto Político-Pedagógico

Este último mecanismo é o próprio epicentro das preocupações da escola: o projeto institucional. Este é o foco, pois tudo gravita em torno das intencionalidades educativas, ou seja, o que está em jogo é o projeto de formação e de mundo que se pretende. E deste viés não pode abrir mão, não se pode perder o rumo e a escola não pode navegar em “piloto automático”, pois é preciso clareza de que todos, na escola, de certa forma, são educadores uns dos outros. Mas a diferença está na diretividade pedagógica. E a autonomia está diretamente ligada à autogestão pedagógica, a partir da qual a instituição deixa claro para a comunidade sua *expertise*.

Os mecanismos acima descritos podem ser tomados metaforicamente à conta de uma fórmula para construção da autonomia escolar:

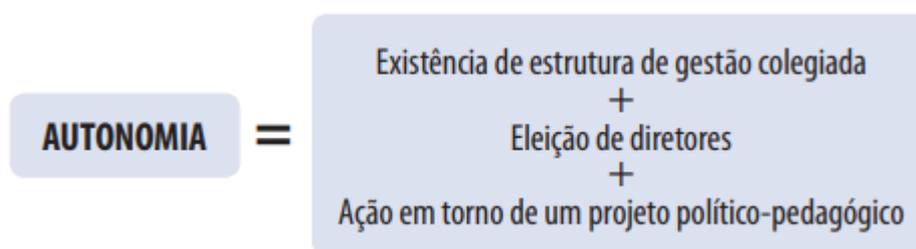


Imagem 1 - Construção da autonomia escolar

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Lück (2000).

Evidentemente que os elementos representados na fórmula acima não estão separados, mas interagem de forma dialética e se condicionam mutuamente. Este é, pois, o desafio de construção da autonomia postos aos educadores contemporâneos.

Ainda sobre a existência de estruturas colegiadas, no próximo item vamos ver mais de perto como, no movimento real da escola, podem ser implementadas iniciativas importantes de descentralização da gestão.

3 | O CONSELHO DELIBERATIVO ESCOLAR: A VEZ E A VOZ DA COMUNIDADE

Nos últimos tempos, tem se expandido muito a criação de conselhos de todos os tipos. Mesmo as grandes corporações transnacionais, antes administradas por grandes empresários ou elites de executivos, atualmente cedem lugar aos conselhos gestores, que limitam os poderes antes absolutos de suas diretorias e presidências. No caso dessas megaempresas, a existência dos conselhos tende a proteger não somente seus interesses de decisões isoladas equivocadas, mas proteger também todo o sistema monetário e financeiro de um país ou de determinado segmento econômico.

Ao que parece, os conselhos vieram para ficar, descentralizando a gestão e ampliando

a participação de segmentos antes excluídos das decisões.

No caso das políticas públicas, percebemos um avanço do controle social na medida em que mais conselhos vão sendo criados e a população vai exercitando seu poder de decisão coletivo, como é o caso da crescente participação popular no conselho de alimentação escolar, conselhos municipais de saúde, conselhos municipais de direito das pessoas com deficiência, conselhos municipais de cultura e, especialmente, nos conselhos escolares.

No caso do conselho de escola, mesmo que a LDB (BRASIL, 1996) tenha se omitido quanto a sua estrutura e papel na qualificação da gestão democrática, chamando essas instituições pelo nome genérico de “conselhos escolares ou equivalentes” (Art. 14, i.II). No entanto, é preciso definir bem cada um dos termos que o compõe: **conselho – deliberativo – escolar**. Conforme explica Ventura (2011, p.62, grifo do autor):

Primeiramente **conselho** se refere ao colegiado de decisões, diálogo na diversidade de entrecruzamento de discursos e práticas. Na democracia moderna, a criação de conselhos tem a ver com os processos de descentralização e transposição de decisões cada vez maiores para instâncias locais, evitando-se as constantes burocratizações de gestões centralizadoras. O termo **deliberativo** é politicamente estratégico. Na história da educação brasileira, não foram poucas as tentativas de transformar o conselho de escola em um órgão meramente consultivo. Sendo consultivo, o conselho perde a sua função política mais importante, a deliberativa, que o essencializa como instância máxima de decisão quanto aos rumos da escola.

Também o termo **escolar** é emblemático, pois aponta para a **expertise** da instituição educativa, ou seja, sua dimensão pedagógica. De certa forma, o político e o pedagógico são faces da mesma moeda, pois educar pressupõe um modelo de homem e mundo a ser produzido.

É preciso perceber que não é apenas uma questão de nomenclatura o fato do conselho de escola ser deliberativo, é uma questão de empoderamento dos segmentos presentes no espaço escolar, tornando-os atores de fato e não meros expectadores do funcionamento da escola.

Nesse contexto, o diretor de escola continua sendo uma liderança altamente importante no espaço escolar, principalmente mobilizando para que o conselho de sua escola seja atuante, reconhecendo sua importância para a construção da autonomia escolar, pois se sabe que coletivamente as possibilidades de pressão junto ao Estado aumentam as chances das reivindicações serem atendidas.

O problema é se enfrentar a cultura autoritária do modelo público brasileiro, que acabou transformando essas instituições em “escola do fulano” ou “escola da diretora sicrana”. Escolas que têm gestores por indicações políticas, acabam sendo mais um cargo eleitoreiro vendido em épocas eleitorais, indo na contramão dos princípios da gestão democrática e autonomia escolar.

Esse tipo de pensamento só pode ser combatido com a criação de formas que possibilitem a efetivação da participação popular na escola. Não apenas de forma retórica,

mas espaços concretos de mobilização e discussão de temas representativos daquela instância escolar. Um desses importantes espaços, é o conselho deliberativo, pois como diz Luciana Bosa Marques (2006, p. 519):

Os conselhos escolares são colocados, ainda, como mecanismos de democracia participativa, em complementaridade à representativa, na medida em que há a participação nas decisões políticas, no controle e avaliação das ações.

Com a criação dos conselhos não se quer minimizar a importância do diretor da escola, mas atribuir-lhe outra identidade, funcionando como um poder executor do que foi deliberado coletivamente. O diretor, nessa concepção, se torna um gestor, em que a “a atividade gerencial estaria a cargo da direção da escola, que deve respeitar as deliberações do conselho escolar”. (MARQUES, 2006, p. 518).

Na história da educação brasileira, os conselhos de escola foram criados a partir do influxo democrático da Constituição Federal de 1988. Apesar de que nunca tenha ficado claro na lei o princípio de “gestão democrática da educação”, antes mesmo da promulgação da constituição, muitos municípios e estados criaram leis específicas sobre a participação da comunidade nos destinos da escola.

Dessa forma, o conselho tende a horizontalizar o poder de deliberação de todos os segmentos da comunidade escolar, convocando toda diversidade cultural presente na escola para o debate em torno de questões que afligem cada grupo em particular.

A presença do conselho deliberativo promove o processo de descentralização das decisões e construção da gestão compartilhada, que pode ser construído por meio de acordos claros, consensos discutidos, enfim, de vivências respeitadas e democráticas; ao contrário de decisões autoritárias e centralizadas como historicamente tem ocorrido.

No conselho, os segmentos se fazem representar com sua identidade, seus saberes e fazeres, e cada um ao seu modo, com suas vivências, conhecimentos e experiências, vão criando um novo modo de se fazer educação e de (re)criar a escola como espaço de entrecruzamento dialógicos e culturais.

Ainda, com o conselho escolar, tem-se a oportunidade de avançar de práticas democráticas representativas para as deliberativas. Nesse processo, os alunos vão sendo formados para a participação social, já que a escola incentiva práticas de gestão colegiada. Com isso, temos a chance de formar gerações menos apáticas e mais comprometidas e engajadas com as políticas públicas.

Embora possam variar de acordo com as características de cada sistema de ensino e particularidades regionais, o conselho tem três funções gerais específicas no âmbito da gestão escolar descentralizada: deliberativa, consultiva e fiscalizadora.

A **função deliberativa** é função principal do conselho, pois todas as decisões relevantes para o funcionamento da escola devem passar pelo crivo dos conselheiros, que representam seus segmentos. Mas é importante dizer que há ainda uma instância deliberativa superior ao conselho, que é a Assembleia Geral da escola, quando todos os

sujeitos vinculados à escola têm direito à voz e ao voto. Sendo assim, todas as deliberações polêmicas ou cruciais para a gestão escolar devem passar pela Assembleia Geral, antes de serem implementadas pelo gestor ou diretor da escola.

A **função consultiva** vem ao encontro de dirimir vácuos ocasionais presentes nas leis e nos regimentos ou quando surgem questões emergenciais não previstas no dia a dia da escola. Neste caso, mesmo sem deliberar por normas ou regras, o conselho deve ser consultado sobre como se deve proceder, atendendo aos problemas imediatos do fazer escolar.

A função fiscalizadora do conselho remete à necessidade de controle social sobre a educação e sobre a escola, tão urgente nos nossos dias, principalmente pelos seus históricos indicadores negativos de qualidade. Sem o conselho, a escola segue sem avaliações substanciais, ano após ano sem uma instância supragestora, recaindo nos velhos vícios das direções longevas.

Ao optar pela existência de um conselho deliberativo verdadeiramente atuante, exercendo seu papel conforme as funções vistas anteriormente, a escola também adota uma perspectiva de gestão escolar participativa e dispensa a tradicional perspectiva burocrática. A opção de gestão burocrática, já se sabe onde vai dar: centralização, autoritarismo, rigidez, hierarquia; por sua vez, a perspectiva participativa

Pretende se apresentar como uma opção que tem por objetivo oferecer à comunidade escolar uma visão integradora, pois a partir desta perspectiva todos os seus membros passam a ser corresponsáveis pelas decisões tomadas. (FORMIGA, 1999, p.20).

No conjunto das iniciativas de implementação da gestão democrática da educação, é importante se compreender o conselho deliberativo escolar como sendo um amplo espaço de discussões e deliberações, por um lado descentralizando gestão escolar e, por outro, viabilizando um modelo coletivo de administração escolar.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, discutimos a importância da autonomia escolar e como ela pode se legitimar na prática com a implementação de uma gestão democrática e representativa. Além disso, vimos uma importante ferramenta de participação, que são os conselhos deliberativos escolares.

Com esse debate intencionamos apresentar ao leitor que o caminho para uma escola autônoma não é simples de ser feita, mas factível. Para isso, é essencial olharmos com atenção para todos os mecanismos que estão presentes no cotidiano escolar, sem deixar de levar em consideração todo o contexto histórico de constituição da escola no Brasil. Não podemos olhar a escola atual, e sua forma de gestão, sem considerar todo o percurso histórico e intencionalidades presentes em seus mecanismos reguladores.

Vimos que a autonomia passa necessariamente pela gestão, e que para que essa

seja democrática, ela precisa ser representativa daquela comunidade escolar, e não representativa de um sistema político, um cargo de barganha eleitoreiro. Uma gestão democrática torna-se executora de ações que são deliberadas nos conselhos e, por isso, a importância dessas duas esferas estarem em sintonia e em diálogo permanente.

O conselho, por sua vez, precisa ser representativo, o que significa que a comunidade escolar se vê representada nesta instância. E para que seja representativo, a comunidade escolar precisa manter vivo o debate sobre como veem a escola, qual seu papel na sociedade e, em especial, naquela comunidade e o que se pensa por educação. Isso significa que outra importante ferramenta de gestão democrática precisa ser continuamente debatida e revista - o projeto político pedagógico. Quando toda a comunidade tem clareza dos princípios filosóficos, políticos e pedagógicos que norteiam a prática daquela escola, os debates se tornam mais ricos, as proposições são contextualizadas e voltadas às necessidades locais.

Com tudo isso, reconhecemos a importância da autonomia escolar e do quanto ela nos é cara. Para essa autonomia deixe de ser retórica, é preciso ter clareza dos mecanismos que regem à escola e das ferramentas que podemos usar nas instituições educacionais. É urgente que os debates sejam feitos, que a comunidade escolar tenha voz ativa e procure conhecer os mecanismos e documentos que regem sua escola e os sistemas de ensino. Esse movimento precisa ser vivo e dinâmico, não apenas documental e burocrático. A participação deve ser constante e, para isso, os espaços de debate devem ser fomentados e usados efetivamente. A apatia e o distanciamento devem ceder lugar ao interesse e ao compromisso pela escola, pela educação. Essa deve ser uma luta conjunta, constante e urgente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Constituição Federal de 1988. Brasília, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria Executiva. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2017.

FORMIGA, Leomarcos Alcantara. Perspectivas de gestão escolar. In: BELOTTO, Aneridis A. Monteiro et al.(Orgs). **Interfaces da gestão escolar**. São Paulo: Editora Alínea, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LÜCK, Heloísa. Gestão escolar e formação de gestores. **Em Aberto**. v. 17, n. 72, p. 1-195, fev./jun. Brasília, 2000.

MARQUES, Luciana Bosa. Caminhos da democracia nas políticas de descentralização da gestão escolar. **Ensaio**: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.14, n.53. out. dez. 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40362006000400007&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso: 10 dez. 2018.

MELLO, G. N.; SILVA, R. N da. A Gestão e a Autonomia da Escola nas Novas Políticas Educativas para a América Latina. **Estudos Avançados**. n. 5, USP, 1991.

VENTURA, Lidnei. **Gestão Educacional**. Florianópolis: SME, 2011.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adoção 51, 80, 81, 82, 83, 87, 88, 90, 91, 98, 109, 194, 201, 203, 204

Análise de Conteúdo 174, 180

Aprendizagem Significativa 127, 130, 136, 137, 148, 149, 151, 152, 156, 157

Aquisição da Escrita 127

Autonomia 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 24, 28, 30, 37, 42, 43, 49, 64, 95, 120, 164, 172, 180, 181, 187, 188, 189, 219, 235, 244, 245, 249, 250, 252

B

BNCC 3, 28, 29, 33, 36, 62, 127, 128, 130, 165, 166, 168, 169, 171, 247

Brasil Colônia 70, 182

C

Círculo de Cultura 220, 221, 222, 223, 224, 225

Conselho Deliberativo 1, 2, 6, 8, 9

Cotas 194, 197, 198, 199, 200, 201, 202

Cultura Popular 30, 31, 127, 129, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137

D

Democracia 5, 7, 8, 11, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 143, 180, 189, 192, 242, 251, 253

E

Educação 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 58, 60, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 77, 78, 79, 89, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 136, 137, 140, 150, 151, 152, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 168, 169, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 180, 181, 182, 183, 184, 186, 187, 188, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 216, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 231, 232, 233, 234, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255

Educação à Distância 39, 100

Educação Básica 3, 4, 18, 25, 42, 47, 62, 65, 67, 68, 93, 95, 96, 105, 127, 128, 129, 130, 132, 136, 137, 168, 169, 171, 172, 180, 203, 224, 238, 244, 245, 247, 250

Educação Física 77, 158, 159, 160, 162, 164, 171, 172, 173

Educação Popular 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 37, 38

Educação Prisional 67

Educação Superior 51, 53, 93, 95, 96, 182, 187, 188, 192, 194, 195, 201, 220, 221, 223, 242

Ensino Fundamental 24, 38, 41, 43, 44, 53, 55, 56, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 94, 95, 96, 97, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 125, 130, 137, 148, 149, 157, 169, 189

Ensino Médio 24, 25, 28, 31, 33, 36, 38, 39, 41, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 54, 65, 94, 95, 96, 97, 121, 169, 178, 199, 201, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253

F

Formação Docente 155, 174, 176, 178, 180, 219, 254

Formação em Serviço 213, 214, 215, 216, 218

Fronteira 39, 40, 41, 43, 44, 45, 48, 50, 51, 203, 205, 206, 207, 208, 210, 211, 235, 236

G

Gestão da Sala de Aula 220, 221, 223

Gestão Democrática 1, 5, 7, 8, 9, 10, 24, 26, 27

Ginásticas 158, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 167

H

História 2, 7, 8, 12, 13, 15, 16, 22, 23, 28, 31, 34, 35, 36, 38, 48, 57, 67, 68, 79, 81, 84, 90, 111, 112, 113, 114, 126, 132, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 151, 155, 156, 157, 159, 160, 161, 166, 170, 175, 177, 180, 182, 183, 187, 190, 191, 192, 193, 219, 226, 227, 228, 229, 230, 232, 235, 238, 243, 244, 252

história da educação 2, 7, 8, 13

História da educação 15, 67, 68, 193

História da Educação 12, 38, 180, 193

I

Igreja Católica 12

Inclusão 116, 117, 119, 121, 122, 125, 126, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 205, 209, 212, 213, 214, 215, 216, 236, 255

Inclusão Digital 213, 214, 215, 216

Interdisciplinaridade 29, 138, 139, 142, 147, 224, 225, 234, 235, 236, 237, 241, 242

L

Letramento 53, 54, 55, 58, 61, 65, 66, 127, 129, 130, 131, 211

M

Mapas Conceituais 148, 151

O

Orfandade 80, 81, 82, 91

P

Paulo Freire 5, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 38, 107, 158, 159, 193, 222, 224, 225

Políticas Afirmativas 194, 196, 197, 198, 199, 200, 202

Políticas Educacionais 2, 3, 17, 19, 24, 61, 113, 120, 182, 224, 244, 254

Psicopedagogia 80, 89, 90, 91, 92, 94, 95, 101, 103

R

Reinserção 116, 117, 118, 119, 121, 125

Residência Pedagógica 148, 149, 151, 156

S

Sociologia 48, 138, 139, 140, 142, 143, 147, 166, 181, 235

V

Violência no Trânsito 92, 94, 99, 101

Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira



www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira



www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



www.facebook.com/atenaeditora.com.br